

**MUSEU DO NEGRO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
RESSIGNIFICAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA NO BRASIL?**

**BLACK MUSEUM IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO: RESSIGNIFICATION
OF AFRICAN HERITAGE IN BRAZIL?**

Fabíola Gonçalves¹, Verônica Velloso²

¹IFRJ Mesquita/Pós-Graduanda Educação e Divulgação Científica/fabiolagoncalves80@gmail.com

²IFRJ Nilópolis/Doutora em História das Ciências e da Saúde/veronica.veloso@ifrj.edu.br

RESUMO

A pesquisa, em andamento, insere-se na área temática de ensino e diversidade cultural, e tem por objetivo refletir sobre a contribuição do Museu do Negro, situado na cidade do Rio de Janeiro, para a disseminação, valorização e ressignificação da história e cultura afrobrasileira. Busca-se investigar a relação entre museu, educação, sociedade e cultura, e relacionar a história e proposta do museu às representações do negro na exposição “360° de Africanidades – Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil”, apresentada por esse espaço museal na 11ª Primavera dos Museus, em 2017. O presente estudo apresenta uma leitura inicial do material empírico, compreendido pela exposição, a partir de uma abordagem centrada no método descritivo-interpretativo. Embora a narrativa da exposição priorize a dimensão religiosa dos saberes e sujeitos representados, produzindo algumas invisibilidades, percebemos a potencialidade desse espaço museal como local de fala vinculado a resistência da população negra contra a escravidão.

Palavras-chave: Divulgação científica. Educação. Herança africana. Museu do negro. Espaço não formal.

ABSTRACT

The current research is part of the thematic area of teaching and cultural diversity, and aims to reflect on the contribution of the Museu do Negro, located in the city of Rio de Janeiro, for the dissemination, valorization and re-signification of history and culture Afro-Brazilian. It seeks to investigate the relationship between museum, education, society and culture, and to relate the history and proposal of the museum to the representations of the Negro in the exhibition "360 ° Africanities - A Journey for the History and Culture of Blacks in Brazil", presented by this museum space in the 11th Spring of Museums in 2017. The present study presents an initial reading of the empirical material, understood by the exposition, from an approach centered in the descriptive-interpretative method. Although the narrative of the exhibition prioritizes the religious dimension of the represented knowledge and subjects, producing some invisibilities, we perceive the potential of this museum space as a place of speech linked to the resistance of the black population against slavery.

Key words: Scientific dissemination. Education. African heritage. Museum of the Black. Non-formal space.

INTRODUÇÃO

O Museu do Negro encontra-se localizado dentro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, na Rua Uruguaiana, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Tanto o museu quanto a igreja estão sob os cuidados da Irmandade de mesmo nome (PAIVA, 2007).

É interessante observar que na época da escravidão, no Brasil, as irmandades foram as primeiras e principais formas de organização dos negros e de seus descendentes. Nelas, encontravam refúgio, conceberam estratégias de alianças, estabeleceram regras de sociabilidade, abriram canais de negociação, ativaram formas de resistência e exerciam suas práticas religiosas, mesmo que vigiadas pelos homens brancos. (MATTOSO, 2016; REIS, 1996; SOARES, 2002)

As irmandades surgiram na Europa em torno da devoção a um santo. O culto a Nossa Senhora do Rosário surgiu em 1282, quando São Domingos de Gusmão, seu devoto, fundou confrarias sob sua invocação em Portugal, França e Espanha. Depois de algum tempo abandonada, a devoção foi retomada dois séculos após a morte do devoto, no processo de propagação da fé católica em terras da África (MALAVOTA, 2013). No Rio de Janeiro, a Matriz de São Sebastião, inaugurada em 1583, permitiu a presença de irmandades de pretos e pardos. Com isso, se organizaram as devoções de Nossa Senhora do Rosário (por africanos vindos de Angola e Congo), São Benedito, São Domingos e Nossa Senhora da Conceição (SOARES, 2002).

Diante das inquietações ao visitar esse museu, cuja proposta é preservar a história do negro, surgiu o desejo de entender a partir de que relações, sua narrativa histórica foi constituída.

A partir de várias leituras, percebemos que os museus não são somente espaços de disseminação cultural ou intelectual, mas também territórios de disputa, onde memória e história se constituem e ali são representadas (CHAGAS, 2001, 2009; GONÇALVES, 2005; NORA, 1993; RODRIGUES, 2016). A imagem retratada do negro, nos espaços museais, geralmente está vinculada ao período escravocrata, tendo nesse aspecto a consideração de que a escravidão foi a maior contribuição desse grupo para a formação da sociedade brasileira, ficando subentendida uma visão de submissão e passividade (CUNHA, 2008; SANTOS, 2007b; SANTOS, 2005). Desta forma, deixam de chamar a atenção para a resistência desses grupos a essa condição e fica clara a falta de visibilidade a respeito de seus saberes ao longo da história do país. Os antigos nomes do atual Museu do Negro - Museu do Escravo e Museu da Abolição - reforçam essa interpretação. Hoje, é inegável a importância da introdução dos estudos da história

e cultura afro-brasileira e africana que passem uma imagem do negro como sujeitos históricos, representantes de diversas etnias e saberes, sendo estabelecido inclusive, sua obrigatoriedade no ensino fundamental e médio das redes, pública e particular, conforme Lei nº10.639, aprovada em 09 de janeiro de 2003.

Considerando que os museus, como espaços de educação não formal, podem ser agentes de transformação social e política, responsáveis por uma educação cidadã, participativa e emancipatória, o presente trabalho propõe refletir sobre a contribuição do Museu do Negro para a disseminação, valorização e ressignificação da cultura afro-brasileira na nossa sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As estruturas tradicionais de ensino escolar não dão mais conta da sociedade dinâmica, inquieta e curiosa, da atualidade. A produção de conhecimento no mundo contemporâneo se dá em diferentes espaços, institucionalizados ou não e sob diversas modalidades e culturas.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão (1981), ninguém pode escapar da educação e a vivenciamos a todo momento e em diversos espaços. Adquirimos educação ao longo da vida, por meio de leituras, acontecimentos pessoais e em contatos com grupos sociais diferentes dos nossos. Por esse motivo, Gohn (1999) afirma que o conceito de cultura e educação são associados. Segundo ela, “A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política da nação” (GOHN,1999, p.98). E ao considerar a educação como prática social, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos, na sua relação com o meio natural e social, num determinado contexto de relações, fica claro que os processos formativos ocorrem em diferentes espaços educativos. A necessidade de disseminação e internalização de saberes rege as relações entre grupos e classes sociais.

Sendo esses espaços, institucionalizados ou não, Libâneo (2010) e Gohn (2010) distinguem três modalidades para as práticas educativas. A educação formal, que podem ser desenvolvidas nas escolas ou não, porém seus conteúdos e objetivos são previamente demarcados e sistematicamente estruturados. No âmbito da educação informal, as práticas incorporam valores e culturas próprias, por meio das relações dos indivíduos no seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, sobretudo sem estruturação e intencionalidade. E, por fim, a educação não formal que se aprende via

processos de compartilhamento de experiências, em espaços ditos educativos, com certo grau de sistematização e estruturação.

Fica evidente que as três modalidades de educação citadas se relacionam e convergem na formação cidadã do indivíduo. Porém, o campo da educação não formal é onde a formação sociopolítica e cultural de um indivíduo e sua mentalidade são construídas por reelaborações contínuas, confrontações, resultando em ressignificações de conteúdo e produção de saberes, quase num processo de autoaprendizagem.

Gohn (2010) também destaca que o processo político-pedagógico de aprendizagem e a produção de saberes da educação não formal possui várias dimensões. Para o presente estudo, salientamos a dimensão que a autora descreve como “aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, gerada pelo acesso a recursos culturais como **museus**, bibliotecas, shows, palestras etc” (GOHN, 2010, p.35, grifo nosso). No contexto da educação brasileira e de seus espaços, entre os quais, os museus, a narrativa histórica acabou por reafirmar a hegemonia do pensamento moderno ocidental, que teve como um de seus pilares o colonialismo, na defesa da superioridade da cultura europeia branca, em detrimento da exclusão e silenciamento dos saberes das etnias africanas e indígenas. Boaventura de Souza Santos (2007a) ao se referir ao pensamento moderno ocidental, denomina-o de pensamento abissal observando que o mesmo:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SANTOS, 2007a, p.71)

Vários estudos que tratam da educação das relações étnico-raciais, considerada como uma atribuição de todas as áreas do conhecimento, vem chamando a atenção para a falta de visibilidade dos negros e/ou negras na produção científica atual ou mesmo na

memória da ciência em espaços institucionais (ROSA, 2015; SILVA, 2009). Katemari Rosa (2015, p.3) observa que “a ciência é uma construção social que reflete a cultura de um povo” e que essa, “está sujeita aos mesmos problemas que atingem nossa sociedade de maneira geral e não está imune às tensões étnico-raciais”. Podemos identificar como uma tentativa de caminhar na contramão a essa invisibilidade apontada por Santos (2007a), a Lei 10.639, aprovada em 09/01/2003 (BRASIL, 2003) alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, conforme podemos ler nos artigos 26-A, e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

(...)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

De acordo com Nilma Lino Gomes (2008, p.71) a Lei 10.639/03, “supera a visão de que a ação da população negra no Brasil se resume a meras contribuições e traz para o debate a ideia de participação, constituição e configuração da sociedade brasileira pela ação das diversas etnias africanas e seus descendentes.”

Em momento posterior a essa alteração na LDBEN, Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República, sancionou a Lei 11.645, em 10/03/2008 (BRASIL, 2008), modificando novamente o artigo 26, ao incluir a história de luta dos povos indígenas, sua cultura e contribuições para formação da sociedade brasileira.

Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Nesse documento, destacam-se a importância do Movimento Negro na conquista da vigência da Lei 10.639/03 e o fato da reeducação das relações étnico-raciais não dependerem somente dos processos educativos escolares, mas também da sua articulação com políticas públicas, movimentos sociais e a todos implicados na elaboração e execução de programas

institucionais que contribuam para formação de uma cidadania responsável, que culminará em uma sociedade mais justa e democrática.

É dentro desse contexto que a pesquisa sobre o Museu do Negro, no Rio de Janeiro está inserida, propondo refletir sobre a exposição "360° de Africanidades - Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil", organizada para a 11ª Primavera dos Museus, entre os dias 18 e 24 de setembro de 2017. Ou seja, buscamos identificar qual o papel dessa exposição com relação a disseminação, valorização e ressignificação da história e cultura afro-brasileira, no sentido de dar visibilidade aos saberes africanos, afrodescendentes e a seus respectivos sujeitos.

A EXPOSIÇÃO NO MUSEU: que sujeitos, quais saberes?

A exposição "360° de Africanidades – Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil" foi organizada em uma das salas do Museu do Negro, que recebe o nome de Yolando Guerra, professor de história, membro da Irmandade e diretor do Museu do Negro, na década de 70, sendo o principal responsável pela reabertura do museu após um incêndio em 1967 ter destruído a igreja do Rosário e boa parte do seu acervo. Isto mostra a permanência até os dias de hoje do vínculo entre a Irmandade Nossa Sra. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, criada em 1640, e o Museu, fundado em 1938, que refletirá a dimensão religiosa, histórica e cultural da exposição.

A intenção aqui é apresentar um olhar panorâmico da exposição diante de uma multiplicidade de elementos que ela apresenta, deixando claro que uma análise mais pormenorizada virá com o amadurecimento da pesquisa.

A exposição começa apresentando materiais, que se referem ao cotidiano do negro escravizado, desde sua saída da África até a chegada e permanência ao que foi chamado Novo Mundo, pelos europeus. A sugestão de percurso da exposição, de iniciar pelo lado direito, após a entrada e seguir em continuidade de forma a completar um giro de 360°, voltando assim ao ponto inicial, justifica em parte seu título.

Dentre as imagens dos sujeitos expostos destacam-se gravuras de abolicionistas negros, integrantes da Irmandade: Cruz e Souza, André Rebouças, Luiz Gama, e uma caricatura de José do Patrocínio. O fato da exposição não informar sobre suas atividades fora da irmandade como poeta simbolista, engenheiro, jornalista escritor, e jornalista, respectivamente, não dão visibilidade às suas trajetórias como intelectuais. No mesmo espaço, encontra-se um quadro denominado "Os pioneiros da abolição", constituído por retratos de alguns políticos, brancos, entre os quais a "Princesa Imperial Regente

Isabel”. Também nas paredes, estão alguns pôsteres de Zumbi, nomeado como “Rei dos Quilombos dos Palmares”, da Escrava Anastácia, como “Princesa Anastácia” e outra imagem da Princesa Isabel. Tanto o pôster de Zumbi quanto da Anastácia, apresentam uma oração atribuída a eles. Outro destaque da exposição é uma estante contendo flores, bustos e gravuras da escrava Anastácia. Por toda a sala há bustos e esculturas de Anastácia, ressaltando sua dimensão religiosa.

Com relação à representação dos saberes, chamou-nos a atenção uma grande escultura do preto velho com um cachimbo logo no início do percurso da exposição, reforçando mais uma vez sua dimensão religiosa. E outros objetos, que podem acenar para outras formas de conhecimento: utensílios de cozinha, pilão, panelas de aço e barro; instrumentos musicais, como tambores e atabaques.

Em uma estante de vidro, é dado destaque a um conjunto de instrumentos usados para aprisionamento e tortura dos negros escravizados. Muitas dessas peças, como vira-mundos (para prender os pés e as mãos), gargalheiras (presa de pescoço), libambos (um tipo de algema), palmatórias, mordanças, e cintos de ferro são oriundas dos escravos que conseguiram se libertar delas, ao se refugiarem no subterrâneo da Igreja Nossa Senhora do Rosário (PAIVA, 2007). Isto reforça o significado que tiveram as irmandades como espaços de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a Exposição ter sido organizada para um evento, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que vem celebrando anualmente o início da primavera, desde 2007, e visa aumentar o público que frequenta os museus, e fortalecer os laços entre tais espaços e a sociedade, é visível a falta de estrutura e recursos nesse espaço museal que reflete a forma pouco dinâmica da apresentação dos materiais expostos (imagens e objetos), que o distancia do que se propõe para os museus como espaços de divulgação científica a partir da década de 80 em nosso país, no que tange à sua museografia e tecnologias comunicacionais utilizadas. (NASCIMENTO, VENTURA, 2016) No entanto, não deixam de cumprir o seu papel como espaço de memória e de representações coletivas, formativo de identidades mas, a partir de qual narrativa?

Nessa perspectiva, percebemos a partir de uma leitura inicial da exposição, em questão, o ocultamento de algumas questões relacionadas a valorização dos saberes advindos das etnias africanas, na narrativa histórica apresentada. Os abolicionistas

negros referenciados na exposição, por exemplo, eram intelectuais da época e suas atividades fora da Irmandade ficaram invisibilizadas. Embora faça menção aos quilombos, representado por uma imagem de Zumbi, o caráter de resistência e luta, fica diluído em detrimento da dimensão religiosa. O mesmo acontecendo com a “Princesa Anastácia”. Em contrapartida, o destaque é dado a outros personagens, podendo ser exemplificado pela imagem da Princesa Isabel, como autora da lei áurea, sendo reverenciada por negros e os retratos de alguns políticos brancos abolicionistas, reunidos num quadro, a ser preservado pela memória. Observamos ainda, o silêncio sobre a presença feminina negra na luta pelo fim da escravidão, como membros da irmandade, marcando mais uma invisibilidade.

O conjunto de objetos e imagens do acervo do Museu do Negro apresentado na exposição “360° de Africanidades– Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil”, colecionados e preservados por tanto tempo, carece de narrativa que explicita diálogos entre a sua dimensão religiosa e a dimensão dos saberes (epistêmica), que inclui as várias áreas do conhecimento, além de sua dimensão política e social, dando visibilidade às tensões étnico-raciais que permearam a história e cultura afro e afrobrasileira, e que ainda se mantêm nos dias de hoje, provocando invisibilidades. A denominação “360° de Africanidades” é sugestiva nesse sentido e solicita uma pesquisa mais aprofundada. Desta forma, consideramos que a exposição não contribui de maneira tão assertiva para ressignificação da herança africana no Brasil, no entanto, não podemos desconsiderar o local de fala do Museu do Negro, que está vinculado a uma Irmandade religiosa presente na resistência da população negra à escravidão e nas lutas abolicionistas. Mas que, justamente por esse motivo e devido a seu rico acervo, acreditamos na potencialidade desse espaço para a disseminação, valorização e ressignificação da cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto, 1994. Tradução de: Qualitative Research for Education.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639, de 09/01/2003**: Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História Afro-brasileira e Africana.** Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645, de 10/03/2008:** Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: focalizando as instituições museais. **Interseções**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 5-23. jul./dez. 2001.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**. n.19 , p. 43-81, jun.2009.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Teatros da memória, palcos do esquecimento: culturas africanas e das diásporas negras em exposições museológicas. **Anais do Museu Histórico Nacional**. V.40, p. 149-171, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo, Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 67-89.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 31, p. 255-273, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** São Paulo, Cortez, 2010.

MALAVOTA, Claudia Mortari. A Irmandade do Rosário e seus Irmãos africanos, crioulos e pardos. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Santa Catarina: Ufsc, 2013. Cap. 4.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX.** Petrópolis: Vozes, 2016.

NASCIMENTO, Silvana S., VENTURA, Paulo.C.Santos. Mutações na construção de museus de ciências. **Pro-Posições**, [s.l.],v.12,n.1, mar.2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, n.10, p. 07-28, dez.1993.

PAIVA, Andreia Lúcia da Silva. Museu dos Escravos, Museu da Abolição: o Museu do Negro e a arte de colecionar para patrimoniar. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário de Souza, SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. (org.). **Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas**. Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.3. Rio de Janeiro: Garamond Universitária; Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional, Depto. de Museus e Centros Culturais, 2007, p.203-228.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**, UFF. Rio de Janeiro, v. 2, n.º. 3, 1996, p. 7-33.

ROSA, Katemari. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção da ciência. **XXI Simpósio Nacional de Ensino de Física – SNEF**. Uberlândia, 26-30 jan. 2015.

RODRIGUES, Paulo Simões. Museus, discurso e poder. **Midas**, [s.l.], n. 6, p.1-6, 23 mar. 2016. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/midas.1040>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/midas/1040>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas gerais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 79, p.71-94, nov. 2007a.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Canibalismo da Memória: o Negro nos Museus Brasileiros. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 31, p. 37-57, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Entre tronco e os atabaques: Raça e Memória Nacional. In. PEREIRA, Claudio; SANSONE, Lívio (Org.) **Projeto UNESCO no Brasil**. Salvador: Edufba, p. 321-334, 2007b.

SILVA, Alba Ligia de Almeida. A responsabilidade social-ét(n)ica da ciência da informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. **X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**. João Pessoa, 25-28 out. 2009.